

RESENHA

LUBENOW, Jorge A. *A categoria de esfera pública em Jürgen Habermas: para uma reconstrução da autocrítica*. João Pessoa: Editora Manufatura, 2012. 158 p.

*Bento Itamar Borges**

Jorge Lubenow trabalha atualmente na Universidade Federal da Paraíba e é um dos representantes da nova e confiante geração de estudiosos da obra de Habermas, que perfaz em pouco tempo uma carreira acadêmica bem sucedida. Este livro foi sua tese de doutorado, defendida na Unicamp em 2007, após período de pesquisa na Alemanha, sob orientação de dois importantes intelectuais nos dois países.

O livro é dedicado ao próprio Habermas, o que se justifica pela imperdível efeméride: em 2012, ano da publicação do livro aqui resenhado, completa 50 anos a tese de Habermas que foi o objeto de estudo de Lubenow: *Mudança estrutural da esfera pública*. Eis um jovem filósofo brasileiro a retomar, de maneira cuidadosa e segura, a obra determinante daquele alemão, que cuidou de reconstruir a história (e um pouco da sociologia) da formação e da decadência da esfera pública burguesa. Habermas tinha 32 anos quando defendeu em Marburg uma tese antes recusada em Frankfurt.

Lubenow acerta quando vê naquela tese de 1961 o núcleo insuperável de toda a obra teórica de Habermas, que não iria se livrar do tema *esfera pública*. Em grande parte, desenvolveu outros quadros categoriais para sustentar essa ponte bem amarrada, que se apoia também, no outro lado, em *Direito e democracia*, título da tradução brasileira da obra mais substancial de Habermas, lançada ao aposentar-se.

Além de outros sucessos editoriais, a obra de 1962 vendeu dezessete edições até 1990. E como haveria uma troca de editoras, Habermas finalmente resolveu escrever um novo prefácio para a obra. Em outras épocas, um posfácio teria vindo mais rapidamente, para responder aos críticos, como aconteceu com *Conhecimento e interesse* – cinco anos

* Doutor em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor aposentado da UFU (1979 a 2013). E-mail: bentoib@gmail.com

depois do lançamento, na segunda edição, em 1973. Neste caso estudado por Lubenow, foram trinta anos de espera. E como havia muitas questões, de diversos críticos, o novo prefácio atingiu o porte de um longo e denso artigo – expediente que segue a tradição comum a muitos alemães, para deixar intacto o núcleo original do texto.

O livro de Lubenow desenvolve-se em duas partes. Na primeira, apresenta e critica a tese original de Habermas, sobre a constituição e a decadência da esfera pública, bem como sua revisão crítica no referido novo prefácio. Na segunda parte, a categoria *esfera pública* é analisada nos contextos mais amplos em que é retomada, na *teoria do agir comunicativo* e, em sua versão institucional, como parte da recente teoria do Estado e da democracia. A introdução, relativamente longa, expôs e justificou devidamente a abordagem temática que se seguiria. Na verdade, o tratamento chega a ser sistemático, na medida em que cumpre todo o espectro da obra “substancial” de Habermas, que interessa à filosofia política.

Lubenow evitou deliberadamente um tratamento *histórico* da categoria esfera pública, na obra de Habermas. Essa decisão poderia ter trazido algumas desvantagens, uma vez que a tese de Habermas conta a *história* da formação da esfera pública burguesa. De fato, Lubenow não se perde em análises contextualistas e nem alimenta palpites sobre uma eventual “evolução” das ideias do jovem Habermas para o “Habermas maduro”, antes e depois da troca de paradigmas. Todavia, em alguns pontos de seu estudo, faltou destacar, por exemplo, que ao escrever o importante novo prefácio de *Mudança estrutural*, Habermas já havia escrito sua volumosa obra *Direito e democracia*, em que já incluía os novos desenvolvimentos sobre a categoria central da esfera pública e dos temas correlatos, como sociedade civil, sistema político, etc. Isso implica que ele, de fato, já havia considerado – e incorporado – boa parte das críticas a sua tese de 1961. Mas, sem dúvida, a apresentação temática de Lubenow foi adequada para que também o leitor possa agora acompanhar uma exposição crítica que, nos textos originais de Habermas, costuma ser prolixa e cheia de ressalvas e intercalações. E este parágrafo já anuncia o quesito final, que é praxe nas resenhas: as recomendações.

Nem sempre a metodologia “reconstrutiva” de Habermas atinge um estilo agradável e legível, mas Lubenow acertou em seu subtítulo, ao devolver a estratégia do autor do material a que se dedicou: de fato,

Lubenow realiza uma “reconstrução da autocrítica” de um autor que gostaria de dar um exemplo de debate interdisciplinar, para a criação de consenso racional.

No Brasil, a tradução da tese de Habermas saiu em 1984, uns seis anos antes da edição norte-americana. Todavia, a repercussão maior foi nos EUA, conforme testemunha a coletânea publicada por Calhoun. Essa recepção é compreensível e encaixa-se numa restrição prática, por mais que muitos leitores generosos ainda alimentem aquela perspectiva de universalizabilidade, que tanto caracteriza o eurocentrismo em geral. Habermas mesmo, por seu lado, tem quase sempre o maior cuidado ao propor análises e teorias, que valem – se é que valem – para alguns países da Europa e os EUA, ou seja, aqueles países capitalistas desenvolvidos, que são o material e os destinatários privilegiados de esforços como essa teoria do direito e da democracia, para onde desemboca a extensa produção de Habermas. Mesmo antes de 1990, Habermas já havia lecionado nos EUA e mantinha com norte-americanos estreita cooperação – exemplos dessa fase são Thomas McCarthy, Martin Jay e Susan Buck-Morss, dentre outros.

Mesmo que a interlocução tenha sido menor com intelectuais brasileiros, Lubenow consegue reunir diversas indicações de leitura, ao final do capítulo 2, inclusive publicações do CEBRAP e do orientador de sua tese, Prof. Marcos Nobre.

O capítulo 3 passa a limpo duas décadas de pesquisa e reflexão em Habermas, que culminam com os dois extensos volumes da *Teoria do agir comunicativo*. Em sala de aula, especialmente diante dos estudantes do curso de Direito, é costume (do autor desta resenha, por exemplo) ver essa obra como oferta de nova fundamentação para a teoria crítica – o que veio dar no paradigma discursivo. Lubenow manteve a abordagem de seu projeto, anunciado na introdução do livro como “temática”. E, de fato, a mera enumeração dos subtítulos das seções do capítulo 3 – e é para isso que serve uma resenha: indicar motivos para adquirir e ler o livro – nos dão uma clara noção do emaranhado de pesadas questões teóricas e problemas sociais: esfera pública e cientifização da política; esfera pública e os problemas de legitimidade; esfera pública, ação comunicativa e a teoria da sociedade; esfera pública, sistema e mundo da vida; implicações políticas da esfera pública comunicativa; reformulações da esfera comunicativa.

O espectro de temas tratados vai de modelos mais ou menos empíricos, como o dos teoremas de “tendências de crise” (em busca de uma teoria não sistêmica da legitimação) até discussões quase especulativas, que remontam a Husserl, com o conceito de Mundo da Vida (de novo, contraposto a “sistema”). Todavia, embora Lubenow já anuncie, com razão, que nessa fase já se anunciam “implicações políticas”, a Teoria do Agir Comunicativo ainda estava longe de uma postura normativa e institucional. De fato, assim como McCarthy fizera um favor a Habermas, ao aconselhar que se afastasse da “camisa de força” da filosofia analítica, ainda permanecia, com a publicação dessa teoria da ação, no nível dialogal, pouco além da competência linguística do falante isolado. Faltava dar um salto para um enfrentamento institucional.

A categoria esfera pública, que dá o título ao livro de Lubenow, começa, como diz ele, na transição para o capítulo 4, a transformar-se, bem além da constante mudança de adjetivos, para poder assumir uma postura *normativa* diante de modelos de regimes políticos e de participação popular, em diferentes arranjos para configurar os Estados e também as relações entre eles, pois toda a militância de Habermas vai necessariamente levá-lo à defesa do grande bloco Europa e de uma agência multilateral do tamanho da ONU.

Na conclusão do livro de Lubenow, o leitor vai encontrar referências à mais recente formulação de Habermas – sobretudo em torno da categoria *esfera pública*, repetidamente reelaborada para dar conta de um modelo de “política deliberativa” – e, para complicar novamente os termos do debate; aí vêm também as mais recentes críticas ao último Habermas, que não abandonou a cena intelectual. Mas é claro que o livro de Lubenow cumpriu o que prometera e não pode mais se responsabilizar pelo que foi publicado, traduzido, resenhado e replicado depois de 2006, ano da defesa da tese. Nossa resenha termina aqui e gostaríamos de ajudar, com ela, a esgotar a primeira edição do livro de Lubenow. Assim, em breve, o colega também poderia escrever um novo prefácio, onde pudesse dar notícia dos desenvolvimentos e do debate que se seguiram. Em tempo: o livro de Lubenow, na esteira do percurso de dispersão da categoria esfera pública, interessa a como filosofia, sociologia, história, política, comunicação, psicologia social, arquitetura e urbanismo – mas é claro que o tema interessa, no sentido objetivo, a todo e qualquer cidadão ou indivíduo que

ainda lute para ser reconhecido como tal, na sociedade em que vive. E um estudo desse porte torna-se ainda mais necessário, na academia, quando uma categoria originalmente “científica” cai no uso cotidiano da linguagem comum, que é viva, polissêmica e ambígua.

Data de registro: 22/11/2012

Data de aceite: 19/06/2013